



Grafos no Rio Purus: análise exploratória de genealogias apurinã

Mario de Azevedo Brunoro¹

Resumo

A presente proposta é apresentar o andamento da pesquisa genealógica entre os Apurinã do Médio Rio Purus. Trata-se de uma análise exploratória, que conjuga teorias do parentesco com ferramentas computacionais, com o objetivo de realizar uma primeira aproximação a aspectos do parentesco e da organização social apurinã.

Palavras chave: Apurinã, genealogias, ferramentas computacionais

Circunstâncias da pesquisa

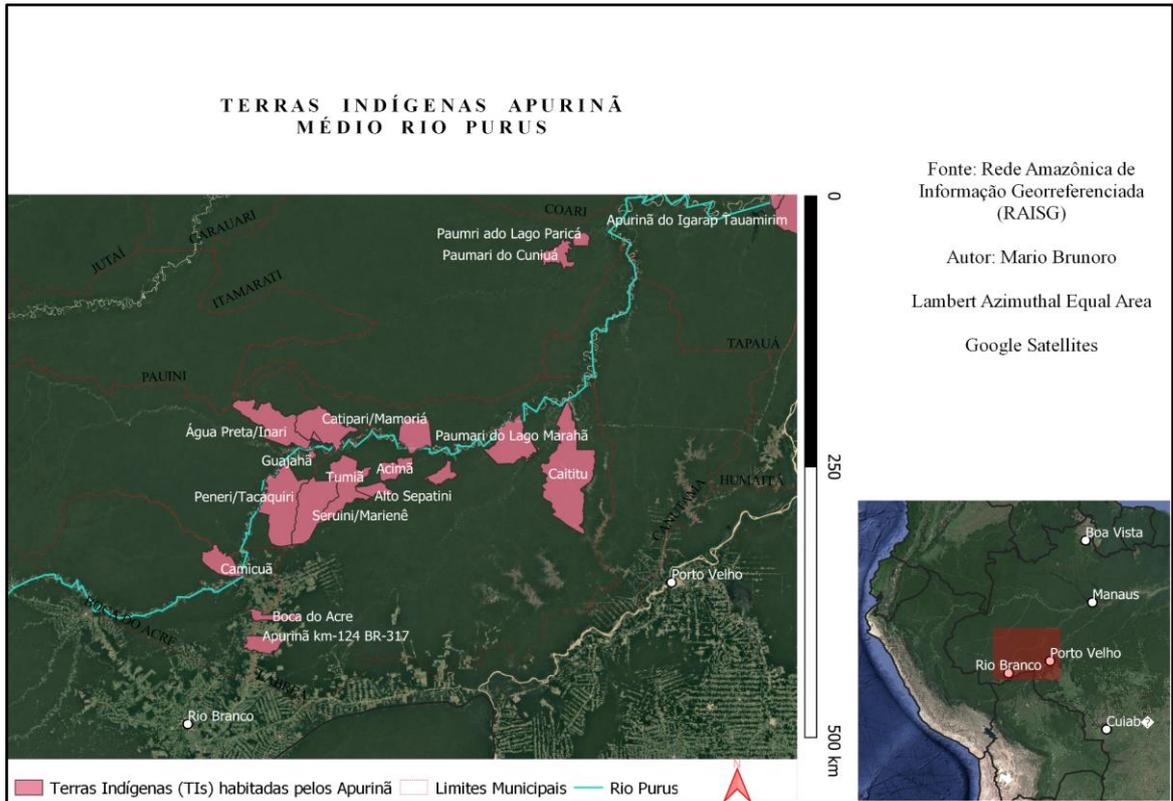
A presente pesquisa genealógica entre os Apurinã do Médio Rio Purus teve início no primeiro semestre de 2021 no âmbito do ingresso ao mestrado em Antropologia Social no PPGAS/UFAM². Devido às condições impostas pela pandemia do Covid-19, não houve a possibilidade de realizar um trabalho de campo, de modo que a pesquisa de mestrado se constituiu sob dois eixos: a pesquisa genealógica a partir de fontes secundárias; e o mapeamento histórico de coletivos falantes de língua aruak na bacia do Rio Purus.

Os Apurinã, parentesco e organização social

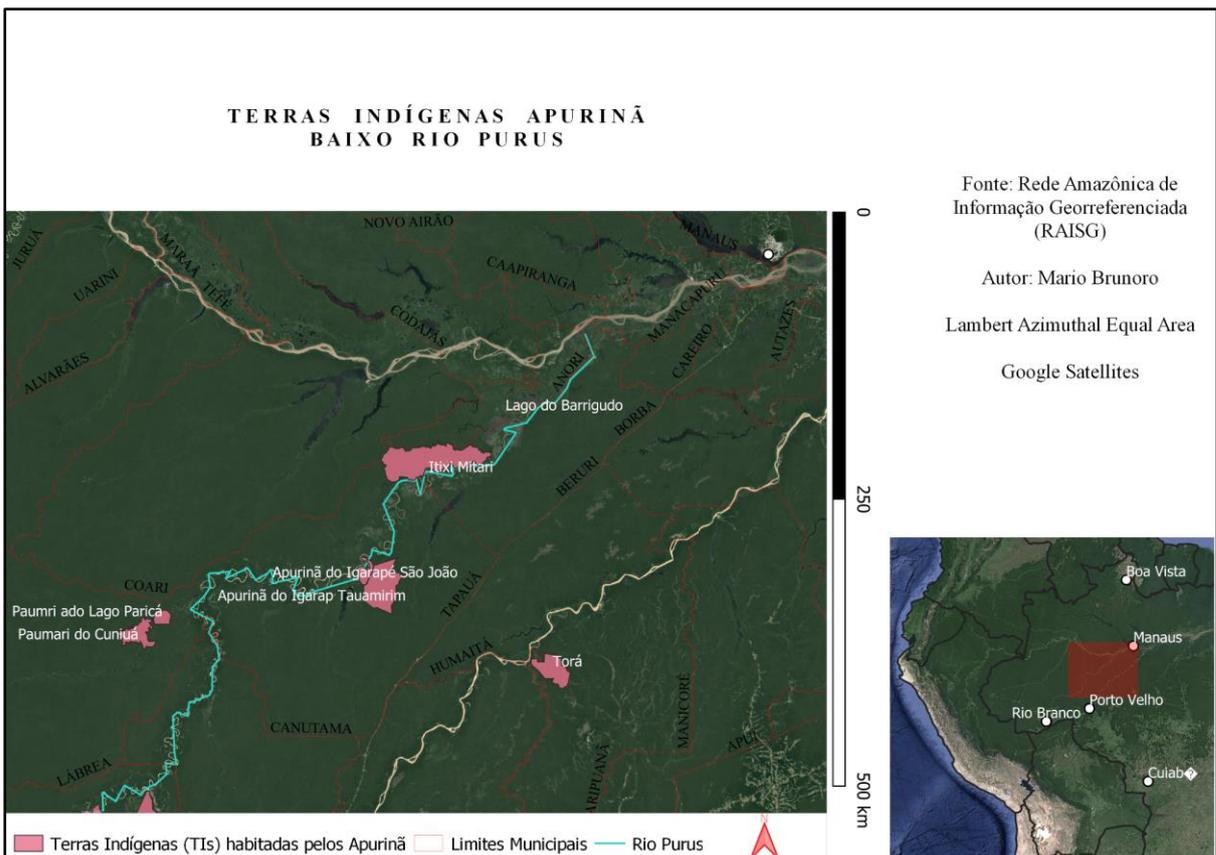
Os Apurinã, que se autodenominam Pupykary, são um povo falante de língua arawak, internamente diverso e ocupam tradicionalmente um vasto território que se estende pela região do rio Purus desde o município de Rio Branco (AC) até Manaus (AM). Além disso, segundo dados do Instituto Socioambiental e da Sesai (2014), os Apurinã são aproximadamente 10 mil pessoas e vivem em 27 Terras Indígenas (TIs).

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

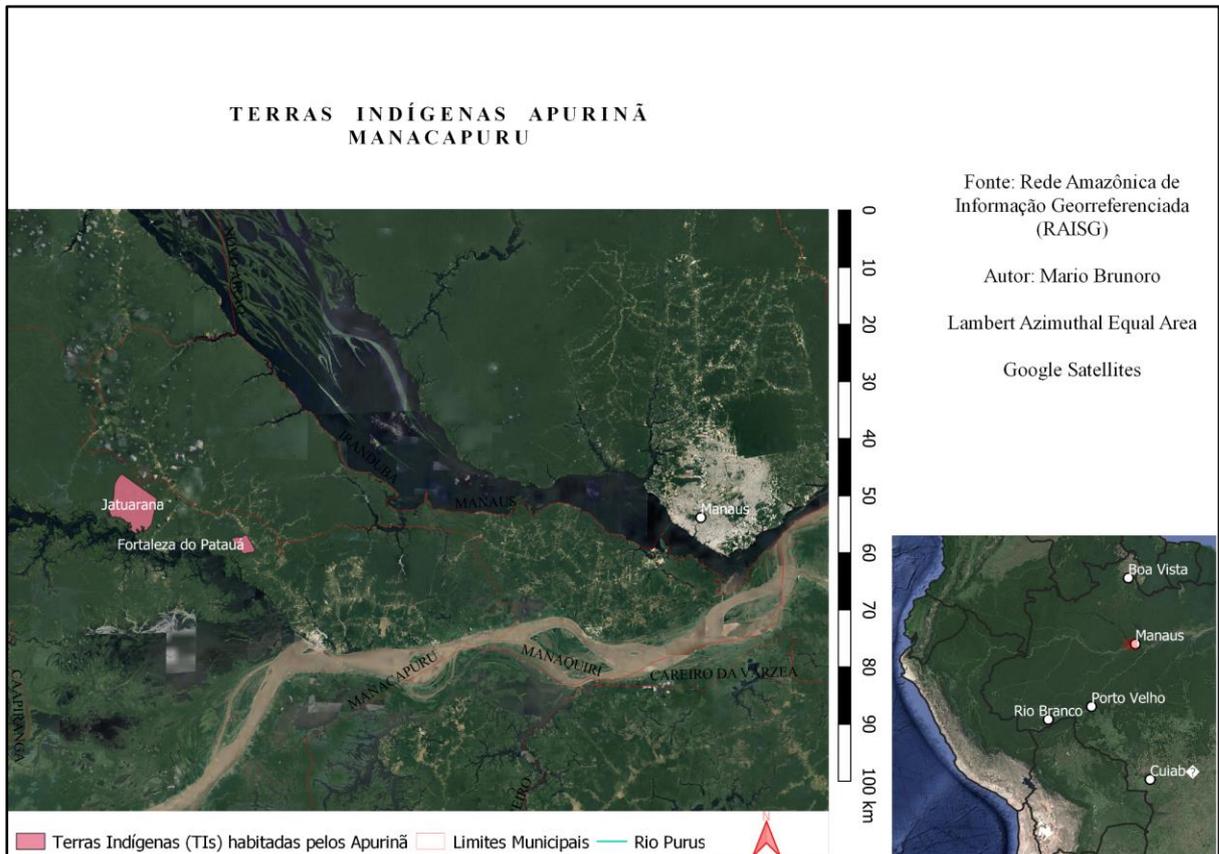
² Sob orientação de Dr. Gilton Mendes dos Santos.



Mapa 1 Terras Indígenas habitadas pelos Apurinã Médio Rio Purus. Fonte: Elaboração própria



Mapa 2 Terras Indígenas habitadas pelos Apurinã Baixo Rio Purus. Fonte: Elaboração própria



Mapa 3 Terras Indígenas Apurinã, Município de Manacapuru. Fonte: Elaboração própria

Em relação a outros povos, os Apurinã são historicamente descritos em contraste com seus vizinhos da margem esquerda do Purus falantes de línguas arawá, como os Paumari, Jarawara, Jamamadi, entre outros. Já linguisticamente, são os povos Yine (Manchineri no Brasil e Piro no Peru) que falam a língua mais próxima do apurinã. Contudo, os Apurinã parecem não dar muita importância a esta relação, contando que são mais próximos dos Kaxarari, uma vez que chegaram juntos a esta terra³.

De acordo com Schiel (2004), atualmente existem diferentes formas em que os Apurinã mobilizam sua identidade coletiva: além das metades patrilineares exogâmicas, a parentela e a região de residência são marcadores sociológicos fundamentais e posicionam os parentes em dada rede de alianças. Estes marcadores, por sua vez, variam conforme a região, como é o caso da distinção *Pessoal do Alto* e *Pessoal do Baixo* feita pela parentela de Osvaldo, moradores da

³ A cosmografia Apurinã é dividida em três terras. No começo do mundo, os Apurinã, os Kaxarari e os Otsomaneru saíram de Kairiko, a casa de pedra, em direção à Ipotoxite, a terra sagrada. Contudo, tanto os Kaxarari quanto os Apurinã foram seduzidos pela beleza das frutas silvestres e perderam a passagem para Ipotoxite, ficando presos aqui, na terra do meio, ou terra morredoura (Schiel 2004: 241).

TI Itixi Mitari no Baixo Purus (Chagas Filho 2017), e que não é observada entre os Apurinã de Pauini⁴.

As metades patrilineares, chamadas *Xiwapurynery* e *Meetymanety*, atribuem certas regras prescritivas a seus membros, tanto no que se refere a tabus alimentares quanto à regulação do matrimônio ideal. Isto porque membros de uma mesma metade e geração podem se referir uns aos outros como irmãos (*nutaru*) e irmãs (*nutaro*), e aos membros da outra metade, seus primos cruzados, como cunhadas (*nukero*) e cunhados (*nemunaparu*) (Schiel 2004 : 63).

Os *peçoais*, por sua vez, consistem em “grupos de pessoas que descendem, através do pai ou da mãe, de um antepassado, masculino, comum, já falecido, um velho, de antigamente” (Schiel 2004: 64). Este antepassado comum, que aglutina uma rede de parentes sob a forma de um *peçoal*, foi, em geral, um homem que teve muitos filhos com mais de uma mulher. Trata-se de uma prática poligâmica, usual das lideranças políticas de antigamente, com um padrão, conforme as genealogias das famílias apurinã (Schiel 2004), em que as diferentes esposas de um chefe são irmãs entre si. Tal relação entre poligamia e liderança política não é casual e como aponta Link sobre o poder político entre os Apurinã é constitutivo da liderança apurinã o apoio de uma rede familiar ampliada (Link 2016: 280), em outras palavras, quanto maior a parentela, maior o apoio da família e maior a sustentabilidade da liderança política.

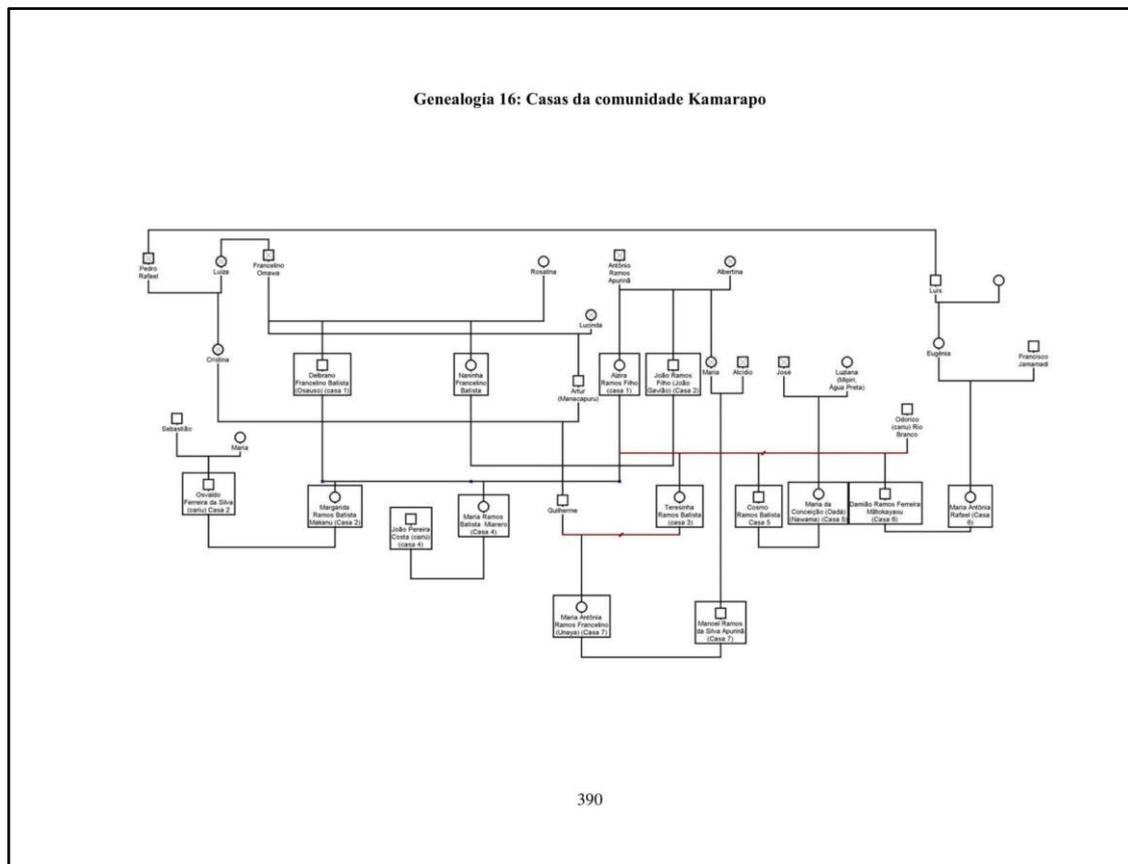
Além disso, há o caso dos grupos nominados de antigamente, sobre os quais não há um entendimento comum. Entre as parentelas de Pauini (Schiel 2004; Fernandes 2018) fala-se em grupos referidos por um nome de animal junto de um sufixo pluralizador (*wakory*), fato que é contrariado pelos mais velhos de Boca do Acre (Apurinã 2019: 74). Por outro lado, há também os grupos referidos com o sufixo *-nyry* (ou *niri*, *neru*, *nery*) que é apontado por Link como um termo, em apurinã, que pode ser traduzido por pai e se refere a um coletivo com relações de parentesco entre si (2016: 186), mas que Matos aponta como um termo manchineri que pode ser traduzido por povo: “Manxineru (povo da árvore)” (Matos 2018: 225).

Caracterização da fonte de dados

A rede genealógica que apresentarei aqui foi constituída a partir de dados obtidos de cinco fontes. A primeira e mais fundamental é o conjunto de quarenta e nove genealogias de

⁴ Schiel (2004) e Fernandes (2018) não fazem menção a esta distinção como um marcador fundamental. Schiel, contudo, observa uma parentela como o “pessoal de Cima”, mas esta é mais uma entre tantas outras do conjunto de comunidades de Pauini à Lábrea.

peçoais do Médio Purus elaboradas por Schiel (2004). As genealogias foram realizadas seguindo duas lógicas, uma primeira com maior regressão temporal e que buscava mapear todo um *peçoal* evidenciando, sobretudo, as alianças antigas que acabaram por formar as famílias que vivem em dada região. E outra que confere maior importância aos casamentos atuais (ano de 2004) de uma comunidade específica. Seguindo nas genealogias, há também os dezessete diagramas elaborados por Lazarin (1981) das famílias que viviam em Manacapuru, e um conjunto ainda não inventariado e informatizado por completo de genealogias das famílias da TI Caititu, feitas por Dal Poz em 1985. Além disso, há os dados demográficos do Posto Marienê (Solon 1932), com a lista de residentes do posto e consecutivas idades, e da DSEI do Médio Purus (2008). Por fim, há ainda informações provenientes de material primário de levantamento de campo realizado por Mendes dos Santos e Chagas Filho.



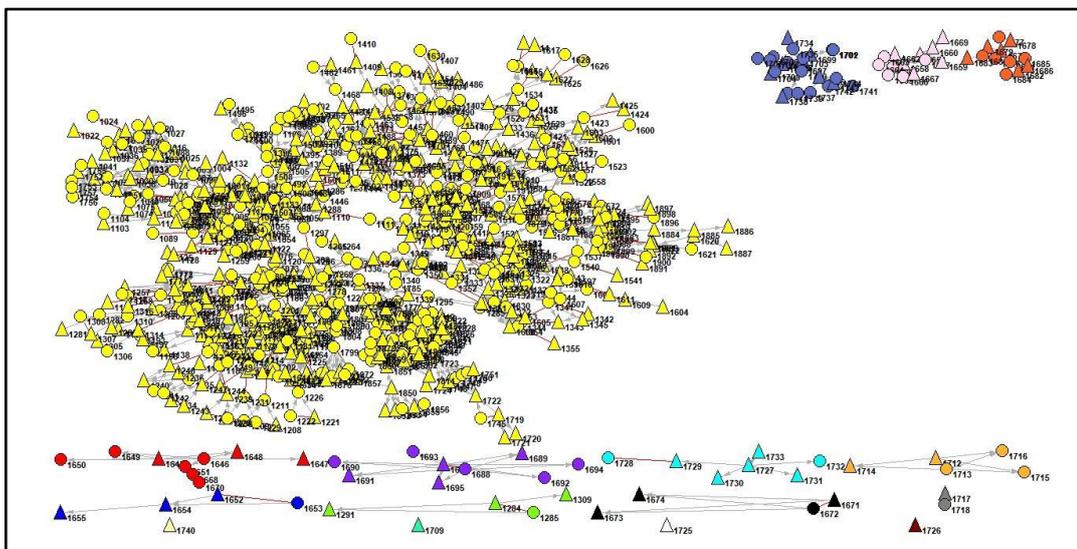
Genealogia 1 Casas da comunidade Kamarapo. Fonte: Schiel (2004: 390)

Adentrando a rede

Como ferramentas computacionais da análise exploratória da rede, utilizo dois softwares: Pajek (de Nooy, Mrvar & Batagelj 2018), para a modelagem, manuseio, e

visualização das redes; e Maqpar (Silva & Dal Poz 2008; Silva, Franco & Ferreira 2017), para a análise dos anéis matrimoniais e dos circuitos de trocas entre parentes. Ambos operam a partir da teoria matemática dos grafos, conjuntos constituídos de vértices e linhas, porém são diferentes em relação a seus usos e possibilidades. Se, por um lado, o Pajek possibilita a inserção de redes de qualquer natureza e neste sentido detém algoritmos para o estudo de aspectos próprios de fenômenos em rede, o Maqpar é uma ferramenta para a análise de características próprias do parentesco, e, portanto, serve apenas às genealogias.

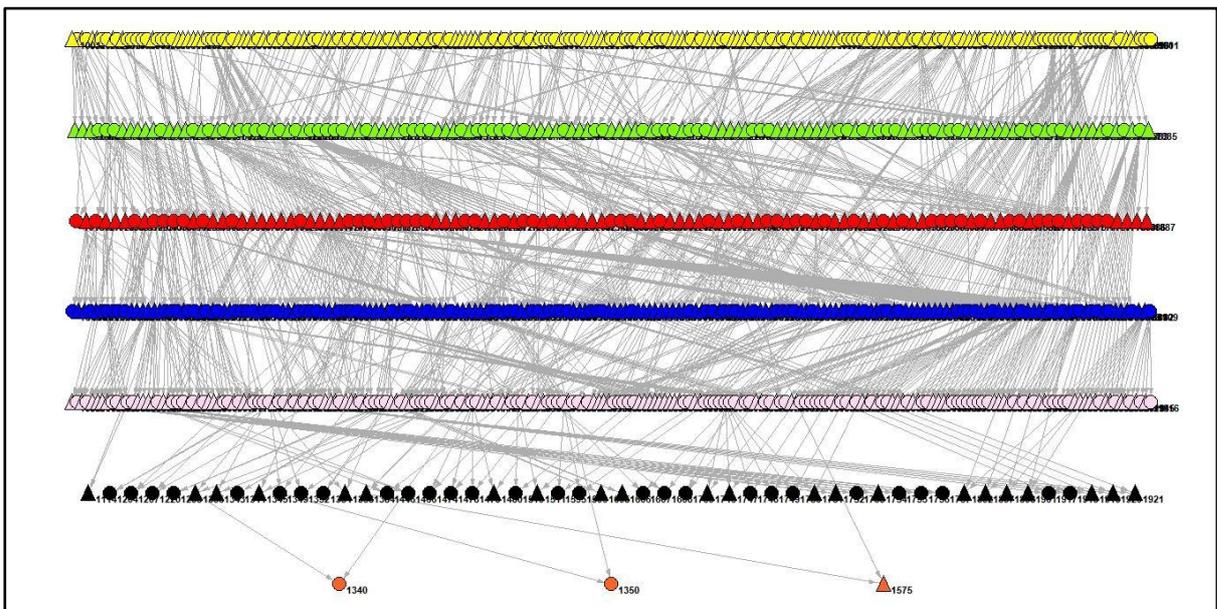
O tratamento computacional dos dados genealógicos possui duas etapas. Primeiro, é elaborado o banco de dados que fundamentará o restante do trabalho. Neste banco é organizado o conjunto de informações sobre os indivíduos e casamentos. A segunda etapa consiste na modelagem destas informações em uma rede baseada na linguagem de grafos, na qual as pessoas serão representadas por vértices, as relações matrimoniais por arestas e as relações de filiação por arcos (setas direcionadas). Como resultado, verifica-se a rede genealógica com as seguintes características. Ela é composta por 916 vértices, 327 arestas e 1286 arcos. Ela pode ser dividida em 16 componentes, conjuntos de vértices interligados entre si, cujo mais representativo é composto por 818 vértices. Deste maior componente ainda é possível reduzir um componente mais coeso de 730 pessoas interligadas por relações de consanguinidade (arcos).



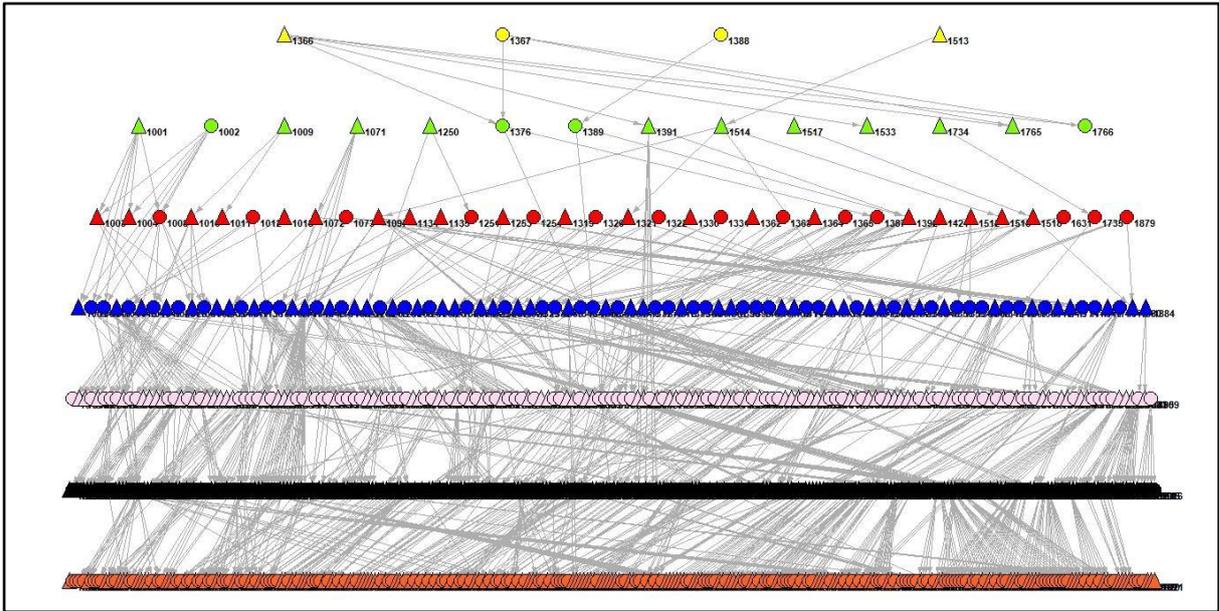
Genealogia 2 Rede Apurinã com seus componentes em distintas cores. Fonte: Elaboração própria

Para analisar os casamentos a partir dos anéis matrimoniais mapeados pela MaqPar é necessário organizar a rede em camadas de profundidade, em eixo y, que permitem,

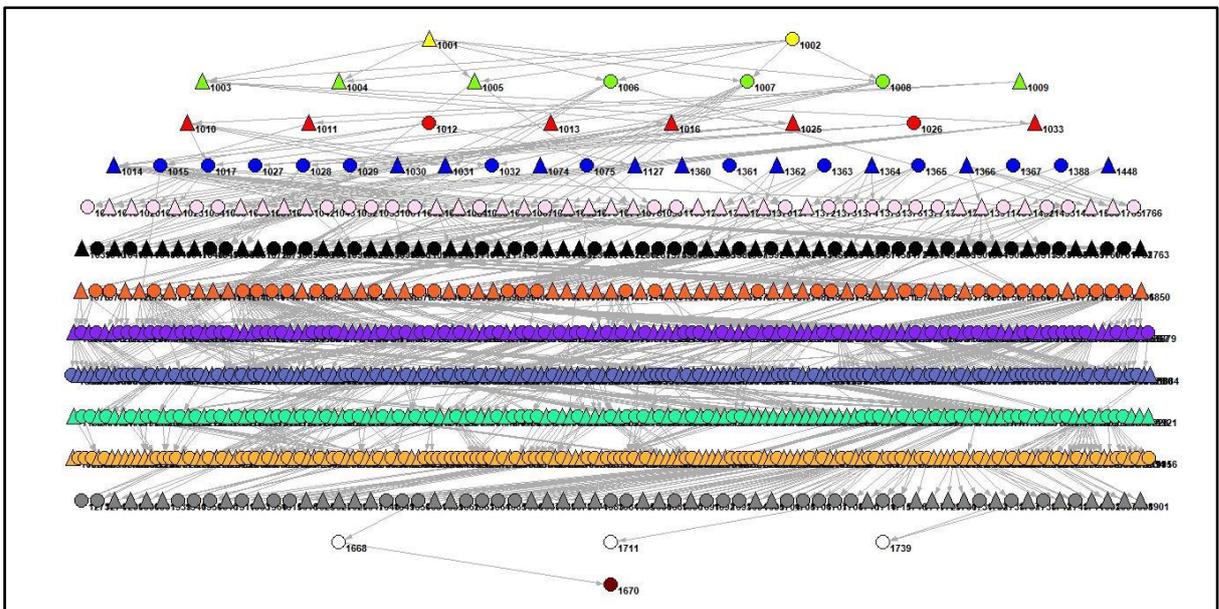
heuristicamente, induzir a rede ao longo do tempo. Tal tratamento tem como objetivo evitar erros no mapeamento da MaqPar referentes às posições dos casamentos nos anéis A2C2. São três os algoritmos presentes no Pajek e utilizados com este intuito: acíclico, que estabelece como primeira camada os vértices com grau de entrada igual a zero; geracional, que estabelece a como última camada os vértices de grau de saída igual a zero; e genealógico, que organiza as camadas a partir da cadeia linear mais longa. Estes valores de profundidade servem para a organização temporal dos casamentos, necessária para a análise dos anéis matrimoniais que serão mapeados pela Maqpar. Neste trabalho, optei pela hipótese de somar os valores dos três cálculos.



Genealogia 3 Rede Apuriná organizada a partir do cálculo acíclico. Fonte: Elaboração própria



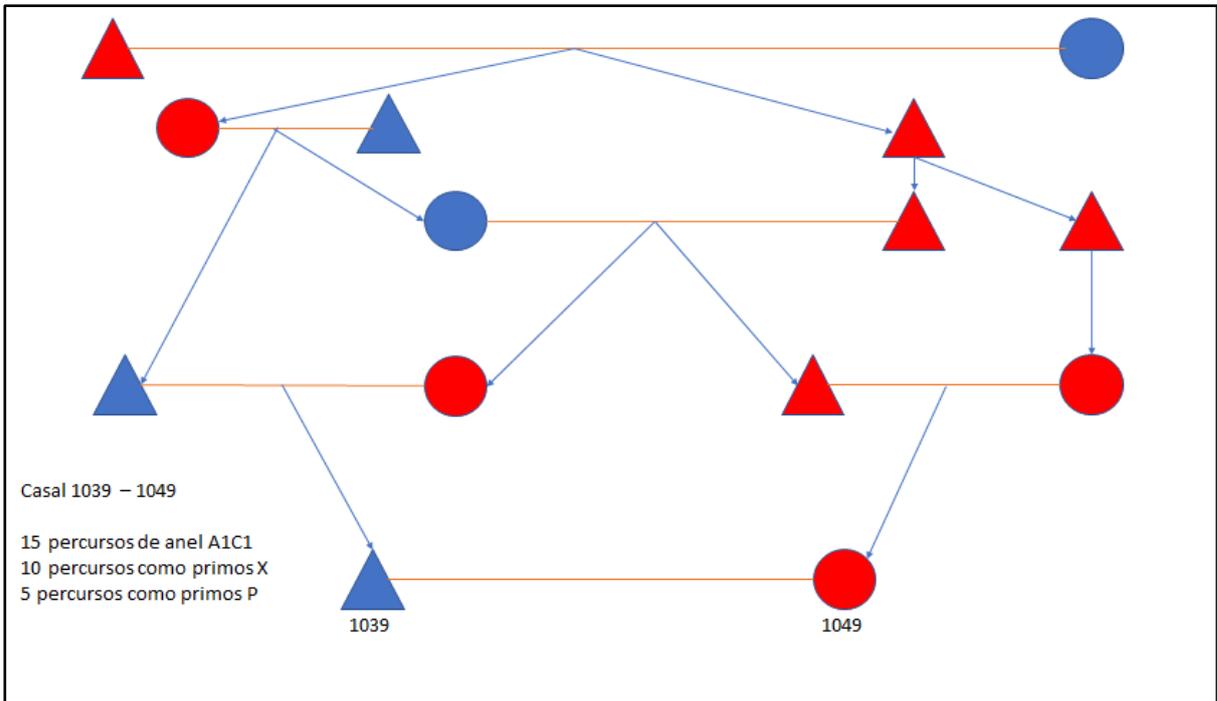
Genealogia 4 Rede Apurinã organizada a partir do cálculo geracional. Fonte: Elaboração própria



Genealogia 5 Rede Apurinã organizada a partir do cálculo genealógico. Fonte: Elaboração própria

Do total de 327 matrimônios, 186 estão inseridos em 7303 anéis matrimoniais, dos quais 204 são anéis A1C1 e 7099 anéis A2C2. Os 204 anéis A1C1 são compostos por 45 casamentos. Encontram-se casamentos de primos cruzados em 153 destes anéis, contrastando com os 51 que representam casamentos entre primos paralelos. Apenas três casamentos são ambíguos e a depender do anel podem ser interpretados como paralelos ou cruzados. Entre esses, encontra-se o casamento que compõe o maior número de anéis A1C1, em um total de 15 anéis, dos quais 10 podem ser interpretados como primos cruzados e 5 como paralelos (genealogia 5). O padrão

mais frequente de A1C1 é representado pelo casamento entre primos cruzados de mesma geração (G0) com grau de lateralidade 2 ou 3.



Genealogia 6 Anéis A1C1 do casal 1039 - 1049 com as cores representando a divisão de metades patrilineares.

Fonte: Elaboração própria.

Já em relação aos 7099 anéis A2C2, encontram-se 112 casamentos envolvidos na primeira posição e 173 na segunda, sendo que 99 casamentos ocupam ambas as posições a depender do anel. Há nove padrões mais frequentes, que se repetem em mais de 100 anéis:

Geração Casamento Primeira posição	Lateralidade Casamento Primeira posição	Cruzamento Casamento Primeira posição (X = primos cruzados; P = primos paralelos)	Geração Casamento Segunda posição	Lateralidade Casamento Segunda posição	Cruzamento Casamento Segunda posição (X = primos cruzados; P = primos paralelos)	Número de repetições
G+1	2	X	G-1	2	P	134
G0	3	X	G0	3	P	131
G0	3	X	G0	2	X	128
G0	1	P	G0	1	P	125
G0	3	X	G0	3	X	119
G0	3	P	G0	2	P	114
G-1	3	P	G0	3	P	108
G0	2	X	G0	3	X	104
G0	2	P	G0	3	P	100

Tabela 1 Padrões mais frequentes nos anéis A2C2. Fonte: Elaboração própria

Desta análise preliminar, resulta-se algumas hipóteses a serem trabalhadas futuramente. A primeira diz respeito a qual tipo de classificação de parentesco interfere, ou possui maior importância, nas escolhas matrimoniais dos Apurinã. De acordo com os Apurinã (Schiel 2004), o casamento ideal é concebido entre pessoas de diferentes metades. Contudo, o mapeamento dos anéis matrimoniais da rede Apurinã nos apresenta alguns traços dravidianos nos casamentos: tanto a proeminência, nos anéis A1C1, de casamentos entre primos cruzados (75%

dos A1C1), quanto a intersecção dos conjuntos de anéis A1C1 e A2C2. Isto porque todos os 45 casamentos que compõem o conjunto de anéis A1C1 estão presentes nos anéis A2C2. Em outras palavras, todos os casamentos que podem ser interpretados como relações de matrimônio com um parente (anel A1C1), também podem ser interpretados como redobramentos de um casamento anterior (anel A2C2) (Dal Poz & Silva, 2008). Assim, um anel A1C1 formado pelo casamento entre primos cruzados, alter como MDB de ego, pode ser interpretado como um anel A2C2 em que alter é FWBD de ego.

Esta sobreposição de cortes (parentes divididos em metades e parentes divididos entre paralelos e cruzados) produz algumas incongruências, evocando o caso Tenharim estudado por Peggion (1996). Em relação aos parentes de mesma geração (G0), a divisão de metades e a divisão entre paralelos e cruzados coincidem, mas nas gerações acima (G+1) e abaixo (G-1) ocorre um embaralhamento. A partir de um ego masculino: FZ é da mesma metade e é parente cruzada; MZ é de metade diferente e paralela; FB é da mesma metade e paralelo; e MB é de metade diferente e cruzado.

Para inferir sobre a importância deste padrão do ponto de vista apurinã é necessário cruzar essas informações com as classificações terminológicas nativas. No entanto, são poucas as referências disponíveis na literatura. Além do que é comentado brevemente por Schiel (2004 : 63) a respeito da classificação das metades, já enunciada acima, há o modelo elaborado por Dal Poz no âmbito do Relatório de Reestudo da TI Caititu (Dal Poz 1985), mas que concebe a terminologia apenas do ponto de vista do ego masculino.

FMD	m	f	noimatikiri
MFS	m	m	nekōkiri
MMS	m	m	nekōkiri
MFD	m	f	nenirotaneru
MMD	m	f	nenirotaneru
FM	m	f	nakiu
FF	m	m	natukiri
MF	m	m	natukiri
MM	m	f	nakiu
FD	m	f	nitaru
MD	m	f	nitaru
FS	m	m	nitári
MS	m	m	nitári
FFDS	m	m	nominaparé
FMDS	m	m	nominaparé
FFSS	m	m	nitaruwakuri
FFDD	m	f	noikiweneru
FFSD	m	f	nitaruwakuru

FMDD	m	f	noikiweneru
FMSD	m	f	nitaruwakuru
FMSS	m	m	nitaruwakuri
MFSS	m	m	noimatikiri
MFSD	m	f	noimakiru
MFDS	m	m	nitaruwakuru
MMSS	m	m	noimatikiri
MMSD	m	f	noimakiru
MMDS	m	m	nitaruwakuru
MMDD	m	f	nitaruwakiri
MFDD	m	f	nitaruwakiri
D	m	f	niwêne
S	m	m	namareté
FDS	m	m	nõtine
FSD	m	f	niataneru
FDD	m	f	notineru
MSS	m	m	niataneri
MSD	m	f	niataneru

MDS	m	m	nõtine
MDD	m	f	notineru
FSS	m	m	niataneri
SS	m	m	nomekaniri
SD	m	f	nomekaniru
DS	m	m	nomekaniri
DD	m	f	nomekaniru

Tabela 2 Terminologia de parentesco apurinã

Fonte: Elaboração própria com informações presentes no diagrama de Dal Poz (1985)

Próximos passos

Como continuação da pesquisa, pretende-se, assim que as condições impostas pela pandemia permitirem, a realização do trabalho de campo com o intuito de 1. completar e corrigir, quando necessário, as informações genealógicas; 2. completar as informações no que concerne às classificações terminológicas apurinã; e 3. completar as informações sobre as metades patrilineares.

Espera-se que reunindo este conjunto de informação seja possível elaborar um modelo passível de comparação com outros casos da região amazônica. Nesse rumo, há de se comparar com o caso Tenharim estudado por Peggion (1996), não só por apresentarem algo similar ao observado entre os Apurinã, mas também pela proximidade geográfica: os Tenharim habitam a bacia do rio Madeira, vizinha à do Purus.

Referências

CÂNDIDO APURINÃ, F. 2019. *Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília.

- CHAGAS FILHO, A. F. das. 2017. *A roça, a colheita e a festa: uma etnografia dos roçados apurinã na Aldeia Terra Nova*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas.
- DAL POZ, J. 1985. *Caderno de campo* (manuscrito).
- DAL POZ, J. 1985. *Relatório de Reestudo da Área Indígena Caititu*. Brasília: FUNAI.
- DAL POZ, J. & SILVA, M. 2008. “Informatizando o método genealógico: um guia de referência para a Máquina do Parentesco”. *Teoria e Cultura*, 3 (1-2): 63-78.
- FERNANDES, M. R. 2018. *O Umbigo Da Castanha Paisagem, ancestralidade e memória dos índios Apurinã (AM)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas.
- FRANCO, Á J. P.; FERREIRA, C. E. & SILVA, M. F. 2017. “O parentesco como uma questão computacional”. In: *Anais da VI ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia - 2017, São Paulo*, v. 3.
- LAZARIN, M. A. 1981. *A Descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília.
- LINK, R. 2016. *Vivendo entre Mundos: O povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MATOS, M. de A. 2018. *Organização e história dos Manxineru do alto rio Iaco*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina.
- NOOY, W. de; MRVAR, A. & BATAGELJ, V. 2018. *Exploratory Social Network Analysis with Pajek: Revised and Expanded Edition for Updated Software. Third Edition*. New York: Cambridge University Press.
- PEGGION, E. 1996. *Forma e função: uma etnografia do sistema de parentesco Tenharim (Kagwahiv-AM)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas.
- SESAI. 2008. “Dados demográficos”. *DSEI Médio Purus*. Brasília: Ministério da Saúde.
- SCHIEL, J. 2004. *Tronco Velho. Histórias Apurinã*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- SOLON, L. 1932. “Relação dos nomes e idades dos índios residentes no Posto Marienê no rio Seruini, 31/12/32”.